



PREFEITURA DE UNAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA Nº 02/2024

1. Informações gerais

1.1. Área requisitante

Secretaria Municipal de Saúde/ Coordenação de Atenção Primária a Saúde

1.2.

Data prevista para conclusão do processo de contratação

O fornecimento deverá ser inicializado em março de 2024, ou, assim que finalizar o processo licitatório.

Regime de comodato: a empresa deverá fornecer em regime de comodato, os cilindros para atender os pedidos, sem acréscimos.

Da entrega: o prazo para a primeira entrega é de 15 dias, contados do recebimento da nota de empenho, a partir da primeira entrega deverá repor, assim que solicitado os cilindros em quantidades informadas pelo contratante.

1.3.

Descrição sucinta do objeto

Registro de preço para eventual aquisição de gases medicinais com cilindros em regime de comodato. Conforme quantidades e especificações em cada item, estando os produtos em conformidade com as normas técnicas e recomendações da ABNT, do Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Para suprir as necessidades dos serviços prestados pelo Hospital Municipal Doutor Joaquim Brochado, Unidades Estratégia Saúde da Família e pacientes que fazem tratamento de oxigênio domiciliar, por um período de 12(doze) meses.

1.4.

Prioridade

A prioridade da solicitação é alta.

1.5.

Justificativa de prioridade

O que se justifica a prioridade alta desta solicitação é que a ata de registro de preço encontra-se vencida desde 16 (dezesseis) de fevereiro de 2024. Afim de se evitar prejuízos e desabastecimentos dos gases em questão coloca-se a prioridade desta solicitação como alta.

2. Justificativa da necessidade

Tem-se por fundamento que, gases medicinais são elementos utilizados em procedimentos médicos e por isso alguns gases são tratados como medicamentos. Diferentemente dos gases utilizados na indústria, os gases medicinais possuem um elevado grau de pureza.



PREFEITURA DE UNAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Assim o uso destes gases visa reestabelecer condições respiratórias aos pacientes acometidos por transtornos, além da utilização em procedimentos hospitalares como cirurgias e indução e manutenção de anestésias. Sendo assim diariamente é imprescindível que o serviço de saúde esteja abastecido dos mesmos, em que nesse caso se trata dos gases descritos neste documento.

3. Materiais e/ou Serviços a serem contratados:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor total
01	Recarga de Gás Oxigênio Medicinal – para bala de 1m³ à 3,5m³ - manutenção feita pelo fornecedor	3.000 m³	196,83	590.490,00
02	Recarga de Gás Oxigênio Medicinal– para bala de 7m³ à 10m³ - manutenção feita pelo fornecedor	35.000 m³	37,33	1.306.550,00
03	Carga para Acetileno 9 kg	100 cilindros	1.201,66	120.166,00
04	Recarga de Gás dióxido de Carbono USP cil. G para aparelho de vídeo Karl Storz 4,5 kg	30 cilindros	1.194,16	35.825,80
05	Recarga de Gás Oxido Nitroso, grau mínimo pureza 99,5% acondicionado em balas de 33 Kg	30 cilindros	7.181,66	215.449,80
06	Recarga de Nitrogênio medicinal gasoso pureza igual ou superior a 99,6% acondicionados em cilindros de 10m³	70 cilindros	1.523,33	106.633,10
07	Oxigênio industrial acondicionado em cilindros de 10m³	100 cilindros	375,00	37.500,00

4. Responsáveis pela contratação

Nome	Karen Costa Martins
Cargo/Função	Coordenadora da Atenção Primária

5. Assinaturas dos responsáveis:

DFD finalizado em: 28/02/2024. Kamilla de Almeida Auxiliar Administrativo 193318 Kamilla de Almeida	De acordo, encaminha-se p/ análise e providências Karen C. Martins Coord. da Atenção Primária 193337 Karen Costa Martins Coordenadora da Atenção Primária
---	--



PREFEITURA DE UNAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde
Responsável: Coordenação de Atenção Primária a Saúde

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenda à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Municipal.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Objeto

Registro de preços para futura e eventual aquisição de gases medicinais, em cilindros sob regime de comodato, com entregas parceladas, por um período de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas pelo setor demandante.

O objeto em questão é a aquisição de gases medicinais fornecidos em cilindros. Esses cilindros deverão estar em regime de comodato, pelo fato de ser um equipamento de aço carbono resistente, que passa por diversas manutenções e testes para acondicionamento dos gases de forma segura, o que gera custos e as empresas não repassam para os clientes no regime de comodato. Os cilindros estando nesse regime é vantajoso, pois por se tratar de um equipamento de vida útil que necessita de manutenções e testes realizados pelo fornecedor, portanto o trabalho é dispensado pelo contratante. Além disso, a compra dos cilindros seria onerosa para a administração do município, por ser um equipamento caro e com custos de manutenções e testes periodicamente.

Verificou-se que o regime de comodato de cilindros insere no valor dos gases um preço ínfimo e irrisório para elaborar uma licitação exclusivamente para aluguel dos gases, por isso a licitação é feita com fornecimento de gases em regime de comodato de cilindros.

Precisamos considerar também que para a realização de duas licitações, uma para o fornecimento de gases e outra para o aluguel do de cilindros seria custosa, pelas dificuldades de logística, relacionamento com mais de um fornecedor para a entrega de gás, empresas não demonstram interesse em participar de licitação com valor tão baixo ao ano, no caso de aluguel de cilindros, diferentes formas de manuseio do gás e abastecimento do cilindro, que podem prejudicar a entrega do produto, além de levar mais tempo para a realização, e o dispêndio de mais recursos para duas licitações, cujos valores contratados não seriam vantajosos em relação ao valor de uma única licitação.

Outro ponto a ser ressaltado é que além desses gases serem de suma importância para diversos procedimentos hospitalares como cirurgias, indução e manutenção de anestésias, eles também visam restabelecer condições respiratórias a pacientes acometidos por transtornos como a DPOC (doença pulmonar obstrutiva crônica), câncer de pulmão, enfisema pulmonar, sequelas do covid-19.

Hoje o município possui uma central de distribuição de gás oxigênio de forma gratuita aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde), consta cadastrado nessa central 78 pacientes



PREFEITURA DE UNAI

ESTADO DE MINAS GERAIS

até a elaboração deste documento. Com essa distribuição o município proporciona certo conforto respiratório para esses pacientes, deixando a saturação dentro do aceitável pelos valores técnicos estabelecidos. Vale ressaltar que a distribuição de O₂ é garantido pelo SUS, além de possuir um projeto de lei municipal PL 3/2023, que garante o fornecimento para os usuários da rede pública de saúde.

2 – PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

A Administração Pública não possui o Plano Anual de Contratações.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A natureza dos serviços é de bens comuns, que faz necessário para dar continuidade ao trabalho realizado no Hospital Municipal Doutor Joaquim Brochado, nas Unidades ESF e a central de distribuição de oxigênio para tratamento de oxigênio terapia domiciliar.

a) O prazo para a primeira entrega é de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho, a partir da primeira entrega deverá repor, assim que solicitado pelo setor demandante;

b) A quantidade de cilindros a serem entregues será estipulado pelo setor demandante, visando o abastecimento de acordo com a necessidade do município;

c) A empresa contratada deverá realizar a recarga dos cilindros fornecidos em regime de comodato, como também a substituição e retirada no Hospital Municipal Doutor e/ou na Central de Distribuição (Centro de Controle de Zoonoses);

d) O número de recargas dos cilindros previamente será realizado a cada 10(dez) dias, podendo ser alterada de acordo com a necessidade do setor demandante;

e) Os cilindros deverão seguir as normas da ABNT;

f) Os cilindros serão fornecidos em regime de comodato;

g) Cabe a contratada, através de seus funcionários, disponibilizar os cilindros no local indicado;

h) Gases de uso exclusivo hospitalar deverão ser entregues no Hospital Municipal Doutor Joaquim Brochado, sempre que solicitado pelo setor demandante;

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As memórias de cálculos que justifiquem as quantidades designadas para cada item, encontra-se no anexo deste Estudo Técnico Preliminar – ETP.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foram realizadas pesquisas das soluções disponíveis no mercado, identificando as seguintes formas:

Solução 1 – Aquisição de gases medicinais, com cilindros em comodato, através de ata de registro de preços;

Solução 2 – Aquisição de concentradores próprios, através de licitação;

Solução 3 – Aquisição de cilindros próprios, através de licitação. E posterior licitação apenas para a recarga dos mesmos.

A melhor solução que atende as necessidades deste órgão é o processo licitatório para aquisição de gases medicinais, com cilindros em comodato, através de ata de registro de preços.



PREFEITURA DE UNAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preço da contratação levou em consideração os valores de mercado, sendo realizada 2 (duas) cotações em empresas do ramo e também foram utilizados os valores que se encontram na Ata de Registro de Preços vigente no município de Paracatu-MG. A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo integra o anexo deste Estudo Técnico Preliminar – ETP.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Após conclusão do estudo comparativo entre as soluções, verificou-se que o processo Licitatório para aquisição de gases, com cilindros em regime de comodato é mais viável tendo em vista que a aquisição dos próprios cilindros irá gerar um custo adicional com manutenções e teste do mesmo, afim de assegurar o bom estado dos cilindros. A outra solução que seria a aquisição de gases e aluguel dos cilindros o que também irá gerar custos adicionais para a administração pois seria necessário a elaboração de dois processos licitatórios.

8 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A aquisição desses gases tem como resultado pretendido a continuidade da distribuição gratuita que já se encontra instalado no município através da central de distribuição de gases. Sendo assim mantendo um conforto a população que faz o uso destes para a manutenção a vida.

9 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não se vislumbra providências a serem adotadas pela administração.

10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venha a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

11 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Sob a ótica da dimensão ambiental da sustentabilidade, não há possíveis impactos em decorrência da contratação pretendida. Contudo, na contratação de empresa para a prestação de serviço médico não está ligado apenas ao ambiental, mas também a projeções de benefícios e custos futuros. Nesse sentido, o próprio objeto da contratação, visa a manutenção do serviço e consequentemente a melhor qualidade na prestação do serviço.

12 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Em face exposta acima, conclui-se que há a viabilidade técnica, operacional e organizacional, assim como a adequação à necessidade identificada na demanda de contratação.

Unai- MG, 29 de fevereiro de 2024

Karen C. Martins
Coord. da Atenção Primária
COREN-MG 193337

Karen Costa Martins
Coordenadora da Atenção Primária

Oxidizing

Quantidade total	Entregue no	pedida
Ordem de compra	1310	Ordem de compra
2.700 m ³	600 – 27/02/2023 580 – (27/02/2023) 100 – (27/02/2023) 800 – 06/03/2023 620 – 13/03/2023	
Ordem de compra	1311	Ordem de compra
2.700 m ³	180 – 13/03/2023 640 – 20/03/2023 740 – 27/03/2023 100 – 29/03/2023 600 – 31/03/2023 300 – 05/04/2023 140 – 10/04/2023	
2.700 m ³	60 – 10/04/2023 400 – 11/04/2023 520 – 14/04/2023 540 – 18/04/2023 140 – 19/04/2029 440 – 24/04/2023 40 – 25/04/2023 280 – 26/04/2023 280 – 28/04/2023	

Controle empenhos

Oxigênio

Ordem de compra 3022	5.400 m ³	400 - 03/05/2023 400 - 05/05/2023 400 - 09/05/2023 250 - 11/05/2023 500 - 15/05/2023 100 - 16/05/2023 510 - 17/05/2023 300 - 22/05/2023 850 - 26/05/2023	350 - 01/06/2023 340 - 05/06/2023 420 - 06/06/2023 150 - 07/06/2023 310 - 12/06/2023
Ordem de compra 2711	2.700 m ³	60 - 12/06/2023 300 - 14/06/2023 160 - 16/06/2023 400 - 19/06/2023 450 - 21/06/2023 130 - 22/06/2023 400 - 23/06/2023 90 - 27/06/2023 500 - 29/06/2023 210 - 04/07/2023	
Ordem de compra 3748	2.700 m ³	290 - 04/07/2023 120 - 05/07/2023 740 - 11/07/2023 190 - 13/07/2023	

Controle empenhos

Oxigênio

500 - 17/07/2023					
420 - 02/08/2023					
150 - 14/08/2023					
290 - 16/08/2023					
210 - 16/08/2023	2.700 m ³				
500 - 25/08/2023					
700 - 13/09/2023					
400 - 28/09/2023					
400 - 13/10/2023					
490 - 31/10/2023					
260 - 31/10/2023	1.000 m ³				
200 - 05/11/2023					
280 - 15/11/2023					
260 - 27/12/2023					
240 - 27/12/2023	2900 m ³				
300 - 18/01/2024					
250 - 02/02/2024					
320 - 15/02/2024					



PREFEITURA DE UNAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria Municipal de Saúde

(Processo Administrativo 02/2024)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de gases medicinais e industriais através da elaboração de Ata de Registro de Preço, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTID ADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Gás oxigênio medicinal – para cilindros de 1m³ a 3,5 m³ – manutenção feita pelo fornecedor	433103	M³	3.000	196,83	590.490,00
2	Gás oxigênio medicinal – para cilindros de 7m³ a 70 m³ – manutenção feita pelo fornecedor	433103	M³	35.000	37,33	1.306.550,00
3	Carga para acetileno 9 Kg	419126	Cilindro	100	1.201,66	120.166,00
4	Recarga de gás dióxido de carbono USP cil. G para aparelho de vídeo Karl Storz 4,5 Kg	366166	Cilindro	30	1.194,16	35.825,80
5	Recarga de gás oxido nitroso, grau mínimo de pureza 99,5% acondicionado em cilindros de 33 KG	366196	Cilindro	30	7.181,66	215.449,80
6	Recarga de Nitrogênio medicinal gasoso pureza	473543	Cilindro	70	1.523,33	106.633,10



PREFEITURA DE UNAÍ
ESTADO DE MINAS GERAIS

	igual ou superior a 99,6% acondicionado em cilindros de 10m³					
7	Oxigênio industrial em cilindros de 10m³	369771	Cilindro	100	375,00	37.500,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para a prestação do serviço solicitado, a interessada deverá comprovadamente ser pessoa jurídica atuante no ramo das atividades que sejam objeto desta solicitação, bem como apresentação dos documentos previstos no art. 62, da Lei nº14.133/2021.

4.2. A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes de boa e perfeita execução do objeto.



PREFEITURA DE UNAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

- 4.3. A quantidade de cilindros a serem entregues será estipulado pelo setor demandante, visando o abastecimento de acordo com a necessidade do município;
- 4.4. A empresa contratada deverá realizar a recarga dos cilindros fornecidos em regime de comodato, como também a substituição e retirada no Hospital Municipal Doutor e/ou na Central de Distribuição (Centro de Controle de Zoonoses);
- 4.5. O número de recargas de oxigênio poderá variar de acordo com o consumo mensal, e a rotatividade de usuários dependentes desse gás;
- 4.6. Os cilindros deverão seguir as normas da ABNT;
- 4.7. Os cilindros serão fornecidos em regime de comodato;
- 4.8. Cabe a contratada, através de seus funcionários, disponibilizar os cilindros no local indicado;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo para a primeira entrega é de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho, a partir da primeira entrega deverá repor, assim que solicitado pelo setor demandante;

- 5.2. Gases de uso exclusivo hospitalar deverão ser entregues no Hospital Municipal Doutor Joaquim Brochado, sempre que solicitado pelo setor demandante;

- 5.3. Os gases de uso industrial deverão ser entregues na quantidade e no endereço estipulado pelo setor demandante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



PREFEITURA DE UNAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e sanadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);



PREFEITURA DE UNAI ESTADO DE MINAS GERAIS

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos adicionais, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).



PREFEITURA DE UNAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2(dois) a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2(dois) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a atenuação do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



PREFEITURA DE UNAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco)



PREFEITURA DE UNAI ESTADO DE MINAS GERAIS

dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



PREFEITURA DE UNAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO] OU [MAIOR DESCONTO].

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento probatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento probatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária,



PREFEITURA DE UNAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-Família, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.639.114,70 (dois milhões seiscentos e trinta e nove mil, cento e quatorze reais e setenta centavos), conforme valores unitários dos itens contados ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Unaí.

9.3. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 02.06.04 – Secretaria Municipal de Saúde;
- II) Fonte de Recursos: 1.600 e 1.500;
- III) Programa de Trabalho: Manutenção dos Serviços de fornecimento de gases medicinais para tratamento domiciliar;



PREFEITURA DE UNAÍ
ESTADO DE MINAS GERAIS

IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00;

9.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Unai-MG, 29 de fevereiro de 2024.

Kamilla de Almeida
Auxiliar Administrativo
Mat: 143318
Kamilla de Almeida
Auxiliar Administrativo

Karen Costa Martins
Coordenadora da Atenção Básica
Karen C. Martins
Coord. de Atenção Primária
COREN-MG 193337